

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Em 10 de abril de 1951

DAI-DCI-15-654. (00).

A Sua Excelência o Senhor Doutor Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República:

Senhor Presidente,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, a tradução oficial, em idioma português, da Convenção de Berna para proteção das obras literárias e artísticas assinada a 9 de setembro de 1886, completada em Paris, a 4 de maio de 1896 revista em Berlim, a 13 de novembro de 1908, completada em Berna, a 20 de março de 1914, revista em Roma a 2 de junho de 1928 e revista em Bruxelas a 26 de junho de 1948.

2. A revisão de Bruxelas destinou-se a atualizar a versão de Roma, 1928, da qual o Brasil se tornou parte por adesão notificada a 3 de abril de 1933.

3. Inclui o texto de Bruxelas entre as "obras literárias e artísticas" as obras cinematográficas e fotográficas, bem como as de arte aplicada, estabelecendo os modos de proteção peculiares a essas formas de produção artística.

4. Por "obras publicadas" deve entender-se as obras editadas, seja qual for o modo de fabricação dos exemplares, os quais deverão ser postos em quantidade suficiente à disposição do

público, não constituindo publicação: a representação de obras dramáticas, dramático-musicais ou cinematográficas; a execução de obras musicais; a recitação pública de obras literárias; a transmissão ou a radiodifusão de obras literárias ou artísticas; a exposição de obras de arte e a construção de obras arquitetura.

5. Ao examinar a questão do país de origem das obras não publicadas, ressaltou o texto revisto a situação das obras edificadas ou incorporadas numa construção. Assim, considerar-se-á país de origem, "quanto às obras não publicadas, aquêle a que pertence o autor. Todavia, considera-se país de origem quanto às obras de arquitetura ou de artes gráficas e plásticas incorporadas num imóvel, o País da União onde tais obras foram edificadas ou incorporadas numa construção, (art. 4.º (5)).

6. O direito, que possui o autor, de reivindicar a paternidade da obra e de se opor a qualquer mutilação da mesma manter-se-á na medida em que a legislação nacional o permitir, depois da morte do autor, pelo menos até a extinção dos direitos patrimoniais e será exercido pelas pessoas físicas ou morais a que essa legislação reconhece qualidade para tal.

7. A Convenção revista em Bruxelas mantém o prazo de proteção previsto no texto de Roma, isto é, a vida do autor e cinquenta anos depois de sua morte, consolidando, ainda, as prescrições relativas à duração do direito de autor pertencente em comum aos colaboradores numa obra, o qual contar-se-á a partir da morte do último colaborador sobrevivente.

8. Disposições especiais regulam a proteção das obras anônimas ou pseudônimas, iniciando-se o prazo de proteção de cinquenta anos a contar da publicação respectiva, salvo quando o pseudônimo não deixar qualquer dúvida acérca da identidade do autor, ou quando revelar sua identidade.

9. As citações curtas de artigos de jornais e de coleções periódicas, ainda que sob a forma de resumos de imprensa serão lícitas, reservando-se à legislação nacional regular as condições em que se poderá proceder à gravação, reprodução e apresentação pública por meio da fotografia, da cinematografia ou da radiodifusão, de curtos fragmentos de obras literárias ou artísticas, incluídos ocasionalmente em relatos de acontecimentos de atualidade.

10. A autorização de recitação pública das obras literárias será direito exclusivo do autor assim como as autorizações de adaptações, arranjos e outras transformações das obras literárias, científicas ou artísticas.

11. O autor ou, depois de sua morte, a pessoa para tal qualificada pela legislação nacional gozará do direito inalienável — se a legislação do país a que pertencer o admitir e na medida permitida pela do país onde a proteção fôr reclamada de ser interessado nas operações de venda de que a obra fôr objeto depois da primeira transmissão efetuada pelo autor.

12. Penso, Senhor Presidente, que o novo Ato merece a Aprovação do Congresso Nacional, parecendo-me, pois, conveniente que a este seja o mesmo submetido, de acôrdo com o artigo 46 item I, da Constituição Federal se com isso concordar Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — *Hellor Lyra*.